

ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL E AS RELAÇÕES COM A ESTRUTURA MUNICIPAL NO BRASIL EM 2010 SOB A PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN

Caio Gustavo de Oliveira (aluno) e John Marion Sydenstricker Neto (orientador)

Apoio: PIBIC CNPq

RESUMO

Este artigo analisa a vulnerabilidade social e as suas relações com as estruturas organizacionais e institucionais nos municípios brasileiros em 2010 à luz do conceito de Abordagem das Capacidades de Amartya Sen. O estudo utiliza três base de dados, sendo elas: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de 2000 e 2010, Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de 2011 e Finanças do Brasil (FINBRA) de 2009, examinando cinco áreas centrais para a qualidade de vida: Educação, Saúde, Habitação, Saneamento Básico e Direitos Humanos. Os resultados gerais do IVS mostram que entre 2000 e 2010 houve uma queda de 27% na vulnerabilidade social, sendo que o percentual de municípios de muito alta vulnerabilidade caiu de 45,7% para 14,4%. A análise das bases institucionais municipais (existência de conselhos, planos e fundos municipais) e do empenho *per capita* de recursos financeiros mostram que há uma forte relação entre os níveis de vulnerabilidade e a alocação desses esforços organizacionais e financeiros a nível local. Os dados de habitação e saneamento mostram de forma muito evidente essa relação. No caso do saneamento, a desproporção é marcante, uma vez que os municípios com vulnerabilidade social muito baixa realizaram empenhos financeiros *per capita* superiores a mais de três vezes ao realizado pelos municípios com vulnerabilidade muito alta. A Abordagem das Capacidades revela elementos-chave para a condução das análises realizadas por esta pesquisa à medida em que afirma a importância da contínua expansão das liberdades humanas como meio e fim para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social, Abordagem das Capacidades, Municípios Brasileiros

ABSTRACT

This article analyzes social vulnerability and its relationship with organizational and institutional structures in Brazilian municipalities in 2010 considering Amartya Sen's Capabilities Approach concept. The study uses three databases: Social Vulnerability Index (IVS) of 2000 and 2010, Municipal Basic Information Survey (MUNIC) of 2011 and Finance of Brazil (FINBRA) of 2009, examining five central areas to quality of life: Education, Health, Housing, Basic Sanitation and Human Rights. The general results of the IVS show that between 2000 and 2010 there was a 27% drop in social vulnerability, with the percentage of municipalities with very high vulnerability dropping from 45.7% to 14.4%. The analysis of municipal institutional bases

(existence of municipal councils and municipal plans and funds) and commitment *per capita* of financial resources show that there is a strong relationship between vulnerability levels and the allocation of these organizational and financial efforts at the local level. Data for housing and sanitation show this relationship very clearly. In the case of sanitation, this disproportion is striking, since municipalities with very low vulnerability made financial commitments *per capita* more than three times higher than those made by municipalities with very high vulnerability. The Capability Approach reveals key elements to conduct the analyses carried out by this research as it stresses the importance of the continuous expansion of human freedoms as a means and end for development.

Keywords: Social Vulnerability, Capability Approach, Brazilian Municipalities.

1. INTRODUÇÃO

Quando observados os indicadores de vulnerabilidade social, concentração de renda e exclusão social, percebe-se que o Brasil passou por mudanças importantes no campo social e do bem-estar. Ao examinar o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) entre 2000 e 2010, percebe-se uma queda de 27%, o que levou o Brasil de um patamar alto a médio nesse quesito (IPEA, 2018). Observa-se também que o total de municípios com um Índice de Gini baixo passou de 1.129, em 2000, para 2.711 em 2010, o que revela uma queda importante na desigualdade social no País (GUERRA *et al.*, 2015, p. 35). Os resultados dos indicadores apontam para melhoras consideráveis de combate às desigualdades no Brasil. Entretanto, “apesar dos avanços, o Brasil não se moveu de forma significativa na direção da superação dos nós que o atam à exclusão social e aos privilégios de uns poucos” (GUERRA *et al.*, 2015, p. 27).

Sobre esse tema, o economista e filósofo indiano Amartya Sen (2013) traz importantes contribuições que possibilitam enxergar o cenário brasileiro sob uma perspectiva multidimensional. O autor de *Desenvolvimento como Liberdade*, obra que serve como base para este trabalho, oferece uma gama de conceitos que visam a expansão das liberdades humanas como meio e fim para o desenvolvimento, enfocando-se na Abordagem das Capacidades.

Conforme assinala Sen (2013), a pobreza nega as liberdades mais elementares aos indivíduos. Assim, enxergar o Brasil de forma a verificar os seus caminhos no combate à vulnerabilidade, desigualdade e exclusão social é um desafio aos *policy-makers* que devem reconhecer o quão grande é a privação que a população brasileira ainda sofre e a importância que a evolução dos indicadores revela.

Cabe assinalar também que

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2013, p. 16-17)

Além disso, Sen (2000, p. 46-48 *apud* PINHEIRO, 2012, p. 36) assinala que, uma das estratégias para que uma nação se desenvolva é que o crescimento econômico esteja complementado por serviços capacitantes oferecidos à população, por exemplo, oportunidades sociais e liberdades políticas. Nessa linha, Sen (2013, p. 188) assinala que, as “nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente das instituições que existem e do modo como elas funcionam.”

Por isso, esta pesquisa se propõe a investigar a vulnerabilidade social, através do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS/IPEA), e a sua relação com as dimensões de ordem organizacional e institucional, por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE), e financeira, por meio da Finanças Brasil (FINBRA/STN), dos municípios brasileiros no período de 2010. Para tanto, os objetivos específicos são: (1) Analisar e caracterizar a evolução da vulnerabilidade social dos municípios brasileiros no período de 2000-2010 e (2) Verificar a base organizacional/institucional e as despesas empenhadas *per capita* municipal nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento básico e direitos humanos e a sua relação com as faixas de vulnerabilidade social no período de 2011 e 2009, respectivamente.

Além desta introdução, o texto se divide em quatro outras seções. A segunda seção apresenta o referencial teórico, composto pelos conceitos norteadores da obra de Sen (2013) para esta pesquisa, seguida pela metodologia, composta pela apresentação e descrição das bases de dados e seleção das variáveis para as estatísticas deste trabalho. A quarta seção apresenta os resultados e os discute à luz da Abordagem das Capacidades. A quinta seção traz as considerações finais, levando em conta os principais resultados providos por este trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A vulnerabilidade social é um conceito amplo que possui diversos significados na literatura (COSTA *et al.*, 2018). Por isso, esta pesquisa procura dialogar, em grande parte, com a conceituação proposta pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) construído pela equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para os anos de 2000 e 2010.

De acordo com Costa *et al.* (2018), a definição de vulnerabilidade social assinala uma responsabilidade do Estado em fornecer determinados serviços e ativos ao cidadão, reconhecendo que estes são distribuídos de forma desigual. Sendo assim, a vulnerabilidade social

(...) diz respeito à ausência ou à insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (união, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional (COSTA *et al.*, 2018, p. 16).

Tal ausência de ativos é capaz de afetar significativamente a qualidade de vida de vários grupos sociais. Dessa forma, reconhecer e localizar a vulnerabilidade e outros tipos de privações é importante para auxiliar na tomada de ações que visam minimizar os impactos negativos na vida desses grupos. Logo, os indicadores sociais que captam esses aspectos contribuem com uma vasta oportunidade de verificar e analisar esses impactos na vida em

sociedade, sendo esse o papel de indicadores como o IVS, o Coeficiente de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A criação de indicadores sociais reflete o anseio da comunidade científica em captar dimensões específicas que podem ou não estar cobertas na composição de índices amplamente utilizados, como é o caso do IDH, por exemplo. A sua criação é fruto de um anseio de seus criadores na busca pela adequação de medidas que capturem as especificidades sociais de uma nação.

A criação do IDH foi motivada em grande medida pelos problemas verificados com o Produto Interno Bruto (PIB), como a não mensuração da desigualdade e suas implicações para a qualidade de vida dos indivíduos (GIANETTI *et al.*, 2015). Gianetti *et al.* (2015) assinalam que o PIB não fornece uma avaliação completa do desenvolvimento do país, já que o indicador não leva em conta dimensões importantes como: (1) os componentes não monetários; (2) as mudanças no capital humano; (3) a renda gerada por acontecimentos que não agregam qualidade de vida; (4) visões de ordem mais subjetiva na definição do desenvolvimento; e (5) as perdas e custos ambientais.

Nesse contexto, o IDH foi proposto como um indicador mais abrangente, em parte alternativo ao PIB, com dados disponíveis para a grande maioria dos países e composto por três dimensões importantes para avaliar o desenvolvimento humano, sendo elas: (1) Educação: taxa de analfabetismo e taxa de escolarização; (2) Esperança de vida ao nascer: saúde e morbidez prematura e (3) PIB *per capita*: acesso a bens e serviços indispensáveis à sobrevivência humana (JANNUZZI, 2009).

Para esta pesquisa, a Abordagem das Capacidades, desenvolvida pelo economista e filósofo indiano Amartya Sen (2013), serve como um norteador das análises estatísticas propostas. A Abordagem das Capacidades defende que o desenvolvimento é fruto da expansão das liberdades desfrutadas pelos indivíduos. Tal desenvolvimento, e o seu processo, deve ser examinado segundo duas razões relacionadas às liberdades: (1) a razão avaliatória, que analisa se houve ou não expansão das liberdades e (2) a razão da eficácia, que verifica a livre condição de agente das pessoas. (SEN, 2013, p. 17).

Para Sen (2013), o bem-estar individual está atrelado a dois conceitos centrais, sendo estes os conceitos de funcionamentos e capacidades. De acordo com Pinheiro (2020), o fato de a Abordagem das Capacidades levar em conta aspectos de vidas dos indivíduos, muito além de renda ou riqueza, é o que faz com que essa forma de avaliação social se distinga das demais. Kang (2011), sintetizando a complexidade desses conceitos, define que os funcionamentos são realizações básicas que um indivíduo pode usufruir, tal como esquivar-

se da morte por doenças evitáveis ou estar bem nutrido. Já as capacidades “dizem respeito à liberdade para alcançar o bem-estar (...), ou seja, (...) são as várias combinações possíveis de funcionamentos que refletem a liberdade da pessoa de viver o tipo de vida que deseja.” (KANG, 2011, p. 358).

Além disso, Sen (2013) destaca dois tipos de liberdades que são atreladas à forma de avaliação do desenvolvimento, sendo estas as liberdades substantivas e as liberdades instrumentais, em que “liberdades substantivas são aquelas que enriquecem nossas vidas e a que queremos atingir como *fins*, ao passo que as instrumentais são os *meios* para atingir aqueles fins.” (PINHEIRO, 2012, p. 15).

Nesta linha, Sen (2013) aborda as liberdades que devem ser desfrutadas pelos indivíduos. Segundo o autor,

Cinco tipos distintos de liberdade vistos de uma perspectiva “instrumental” são investigados particularmente nos estudos empíricos a seguir. São eles: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora. Cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa (SEN, 2013, p. 25).

Sinteticamente, as **liberdades políticas** dizem respeito ao direito da população de escolher seus governantes, além de poder se expressar politicamente. As **facilidades econômicas** dizem respeito ao acesso à renda, ao trabalho e consumo. Nas **oportunidades sociais** incluem-se o acesso a funcionamentos básicos, tais como saúde, educação ou saneamento. As **garantias de transparência** trazem a noção do direito ao acesso a bases informacionais, especialmente das esferas públicas. Finalmente, a **segurança protetora** tem a ver com a seguridade social, por exemplo, proteger os indivíduos mais vulneráveis (PINHEIRO, 2012).

Como pode ser observado, as liberdades instrumentais definidas por Sen (2013) não se limitam à esfera econômica, já que elas englobam esferas de cunho social e político. Neste sentido, a crítica levantada por Gianetti *et al.* (2015) em relação ao PIB de valorizar questões monetárias em detrimento do capital humano, esfera mais sensível a mudanças institucionais significativas, ganha atenção privilegiada na visão de Sen. A Abordagem das Capacidades pode ser interpretada como uma teoria igualitária no sentido de uma noção mais radical do que meramente formal quanto à igualdade de oportunidades (KANG, 2011). Além disso, as capacidades, quando totalmente desenvolvidas, podem captar e avaliar as mudanças na qualidade de vida das pessoas, ou seja, se houve ou não expansão de liberdades para os indivíduos de uma nação (ALKIRE, 2005).

Ainda assim, em relação à desigualdade, Pinheiro (2020, p. 174) assinala que esse é um problema complexo “quando certas desvantagens pessoais (baixa renda, baixo nível de

alfabetização, condições de saúde precárias (...) reforçam-se mutuamente, gerando uma espécie de ciclo vicioso (...). Ainda assim, as capacidades humanas possuem um caráter construtivo do indivíduo, isto é, a Abordagem das Capacidades “privilegia a autonomia do agente individual e os juízos individuais acerca do bem-estar de cada um e do modo como cada um usará suas capacidades.” (PINHEIRO, 2020, p. 174).

Além disso, em termos de avaliação social, a Abordagem das Capacidades considera a diversidade dos agentes em termos de capacidades e funcionamentos para fins de avaliação social, sendo que

Da perspectiva da ACH [Abordagem das Capacidades], o que importa para se atingir um padrão de justiça e equidade social é que aquelas funções individuais de bem-estar estejam operando para todos os indivíduos. Ou seja, que todos tenham a mesma capacidade de, a partir de seus meios de bem-estar (inputs, domínio da função) altamente diferenciados, atingir – por caminhos e processos adequados, justos – os estados e atividades (outputs) socialmente valorosos, que desejam racionalmente (PINHEIRO, 2020, p. 178).

Dessa forma, a Abordagem das Capacidades contribui com uma base teórica sólida para nortear a análise de alocação de recursos institucionais e financeiros dos municípios brasileiros, em consonância com os conceitos de Sen (2013) sobre a expansão das liberdades humanas como meio e fim para o desenvolvimento e a consequente redução de privações e vulnerabilidade.

3. METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa é analisar a vulnerabilidade social dos municípios brasileiros no período de 2010 e a sua relação com a base institucional/organizacional e as despesas empenhadas. Para tanto, foram exportadas e integradas três bases de dados: (1) a do Índice de Vulnerabilidade Social para os anos de 2000 e 2010, (2) a da Pesquisa de Informações Básicas Municipais para o ano de 2011 e (3) a da Finanças do Brasil (FINBRA, 2009) para o ano de 2009, utilizando-se o software estatístico SPSS.

Seria desejável utilizar dados mais recentes e reconhece-se que essa é uma possível limitação do estudo. No entanto, essa limitação decorre da inexistência desses dados para a integração de bases de dados pretendida. Nesse contexto, optou-se pelos dados existentes do IVS de 2000 e 2010, FINBRA de 2009 e MUNIC de 2011, permitindo a comparação e análise propostas no projeto.

A base do IVS permite verificar a vulnerabilidade social nos municípios brasileiros, sendo o ano de 2000 incorporado à base final a fim de descrever e analisar a mudança do indicador durante a década. A base MUNIC permite verificar a infraestrutura organizacional/institucional das cidades, verificando a existência e o funcionamento de

instituições importantes para as liberdades de Sen (2013). A base FINBRA permite verificar as despesas empenhadas, ou seja, despesas planejadas nas áreas substantivas relacionadas às instituições identificadas na MUNIC, vulnerabilidades (IVS) e liberdades de Sen (2013).

A organização dos dados e as análises foram trabalhadas em cinco áreas relacionadas às liberdades de Sen (2013), sendo elas: Educação, Saúde, Habitação, Saneamento e Direitos Humanos. Essas áreas dialogam principalmente com as **oportunidades sociais**, apontadas pelo autor como sendo “importantes não só para a condição da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se de morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas” (SEN, 2013, p. 59).

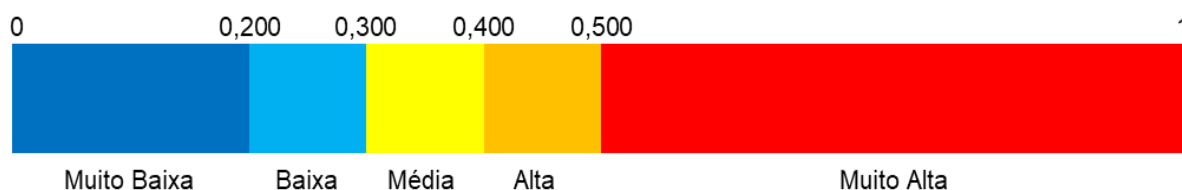
3.1. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é um indicador que mede a vulnerabilidade social dos municípios brasileiros que foi desenvolvido pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A base de dados do IVS foi construída a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos Censos de 2000 e 2010 e às Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs). O IPEA possui um sítio específico em que estão disponibilizados os dados: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>.

O IVS é uma média aritmética de três subíndices, sendo composto por um total de 16 indicadores. O primeiro subíndice é o IVS Infraestrutura Urbana que utiliza três indicadores, sendo eles: (1) Coleta de lixo, (2) Água e esgoto inadequados, (3) Tempo de deslocamento ao trabalho. O IVS Capital Humano utiliza oito indicadores, sendo eles: (4) Mortalidade infantil, (5) Crianças de 0 a 5 anos fora da escola, (6) Não estudam nem trabalham que possuem baixa renda, (7) Crianças de 6 a 14 anos fora da escola, (8) Mães de 10 a 17 anos, (9) Mães sem fundamental completo com filhos de até 15 anos, (10) Analfabetismo e (11) Crianças que vivem em domicílios sem pessoas com fundamental completo. E, o IVS Renda e Trabalho, por fim, utiliza cinco indicadores, sendo eles: (12) Renda inferior a meio salário mínimo, (13) Baixa renda e dependente de idosos, (14) Desocupação, (15) Trabalho infantil e (16) Ocupação informal sem ensino fundamental completo.

O IVS varia de 0 (zero) a 1 (um) e é dividido em cinco faixas que determinam o nível de vulnerabilidade em que o município se encontra. Os valores são tais que quanto mais próximo de 0 menos vulnerável o município é, sendo este um resultado desejável; quanto mais próximo de 1 mais vulnerável o município é, ou seja, um resultado indesejável. As faixas do IVS, bem como seus respectivos valores, podem ser verificadas na Figura 1.

Figura 1 – Faixas do IVS



Fonte: Adaptado de COSTA e MARGUTI, 2015

A base do IVS com dados para os 5.565 municípios foi exportada para o SPSS e está disponível para os anos de 2000 e 2010, contendo as 16 variáveis que compõem os três subíndices e o Índice geral para cada ano, permitindo verificar a evolução do indicador entre 2000 e 2010.

3.2. Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) é conduzida pelo IBGE e coleta informações com os gestores públicos acerca da estrutura, funcionamento, infraestrutura e dinâmica das instituições públicas do município. A MUNIC é realizada anualmente nos intervalos intercensitários – não houve realização da Pesquisa nos anos censitários de 2000 e 2010, excetuando algumas poucas falhas como os anos de 2003 e 2007 quando não foi realizada. As informações de cada uma das MUNICs estão organizadas em bases de dados e publicações disponíveis para *download* no portal do IBGE em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads>.

Os dados da MUNIC cobrem temas relevantes, tais como: estruturas política e administrativa, legislação e instrumentos de planejamento, recursos humanos para gestão, educação, saúde, habitação, transportes, segurança pública e justiça, meio ambiente, cultura, entre outros. Nem todos os temas são cobertos todos os anos e alguns deles recebem particular atenção em determinados anos.

Desta forma, no exame das bases para os anos de 2009 e 2011, verificou-se que a MUNIC 2011 possui tópicos cobertos por esta pesquisa e que dialogam com as liberdades de Sen (2013). Assim, foi essa a escolhida, uma vez que a de 2009 cobre outros tópicos como comunicação, cultura, esporte e política de gênero, ou seja, tópicos mais distantes do objetivo desta pesquisa.

Nessa linha, na base MUNIC 2011 há quatro variáveis de interesse: (1) a existência de Conselho Municipal, em que para Mendonça *et al.* (2015), são espaços democráticos que permitem a participação dos indivíduos na construção de políticas públicas; (2) a ocorrência de reunião do Conselho nos últimos doze meses, (3) a existência de Plano Municipal, em que MUNIC (2011, p. 59 e 60) descreve que Plano Municipal de Educação, por exemplo, tem o

objetivo de “fornecer recursos financeiros e assistência técnica às secretarias municipais, bem como estabelecer parâmetros para o planejamento da gestão educacional municipal [...] [além de] oferecer um referencial de metas e prioridades” e (4) a existência de Fundo Municipal para diversas áreas, em que MUNIC (2011, p. 67) descreve o Fundo Municipal de Saúde tem como objetivo “é gerir centralizadamente, com racionalidade e transparência, a totalidade dos recursos da saúde do município”.

3.3. Finanças do Brasil (FINBRA)

A Finanças do Brasil (FINBRA) é uma base de dados que tem sua origem na Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000, que determina que sejam consolidadas as contas anuais do exercício anterior, incluindo uma base muito ampla e detalhada de rubricas das despesas e investimentos realizados nos e pelos municípios (SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL, 2020). Os dados estão disponíveis para consulta pública e *download* no sítio do Tesouro Nacional Transparente até 2012 (<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/finbra-dados-contabeis-dos-municipios-1989-a-2012/2009/26>) e no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a partir de 2013 (https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf).

A Portaria MOG nº 4, de 14 de abril de 1999 estabelece alguns conceitos importantes referentes à FINBRA ao elencar as 28 funções disponibilizadas na base de dados. O Artigo 1º, § 1º de Brasil (BRASIL, 1999, p. 01) define função como “o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.” Ou seja, as funções são as áreas que foram trabalhadas nesta pesquisa, sendo elas: Educação, Saúde, Habitação, Saneamento e Direitos Humanos.

Para tanto, apesar de haver maior interesse pela base de 2010 por se tratar do mesmo ano do IVS, ela foi descartada. Isso se deve a problemas de soma das despesas na própria base do Tesouro Nacional e para os quais não se achou uma solução. Assim, optou-se pela FINBRA 2009 que se mostrou muito consistente em termos das somas.

A base FINBRA 2009 permite enxergar, sob o ponto de vista monetário, as despesas empenhadas em cada área selecionada. Para tanto, foram utilizadas as despesas por funções das áreas de educação, saúde, saneamento, habitação e direitos humanos, dividindo-se pelo número de habitantes de cada município a fim de se obter as despesas *per capita* de cada área selecionada. É importante ressaltar, no entanto, que “o fato de uma despesa ter sido empenhada não garante, entretanto, que será efetivada” (SANTOS *et al.*, 2017, p. 23), mas que, mesmo assim, serviram como *proxy* para verificar a composição de gastos planejados para as áreas selecionadas.

3.4. TRATAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS DADOS

No agrupamento de variáveis das bases do IVS 2000 e 2010, MUNIC 2011 e FINBRA 2009, realizou-se um tratamento minucioso de organização dos dados, além de inúmeros testes para assegurar o perfeito concatenamento das variáveis, a qualidade da base de dados final e a consistência dos resultados.

A base final integrada do IVS, MUNIC e FINBRA possui mais de 300 variáveis, reunindo temas sobre vulnerabilidade social em sua maioria, além de dados sobre educação, saúde, habitação, saneamento básico e direitos humanos, que formam importantes componentes que dialogam com a Abordagem das Capacidades.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a integração das bases, foram utilizadas estatísticas descritivas para compor a parte analítica desta pesquisa. Os resultados e discussão, a seguir, são apresentados de modo a discutir a vulnerabilidade social, o funcionamento das instituições e as despesas empenhadas, levando em conta os temas selecionados para compor a análise.

4.1. VULNERABILIDADE SOCIAL – IVS

Verificou-se uma queda expressiva no IVS entre 2000 e 2010. Considerando-se os 5.565 municípios brasileiros, a média do IVS decresceu de 0,48, em 2000, para 0,35 em 2010, representando uma queda de 27% no período. Além disso, os municípios ficaram menos vulneráveis nestes dez anos, isso porque enquanto o pior resultado encontrado em 2000 foi de 0,87, em 2010 esse valor alcançou 0,78. Ainda assim, pode-se inferir que pela média do IVS, o total de municípios passou da faixa “Alta vulnerabilidade” para a “Média vulnerabilidade” no período. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados dos IVS 2000 e 2010

	IVS – 2000	IVS – 2010
Média	0,481	0,352
Mediana	0,476	0,334
Moda	0,344 ^a	0,235
Mínimo	0,142	0,090
Máximo	0,871	0,784
Total de casos	5.565	5.565
a. Há várias modas. O menor valor foi mostrado.		

Fonte: Base de dados – IVS 2000 e 2010

Em relação à distribuição nas faixas do IVS, percebe-se que em 2000, quase metade dos municípios brasileiros, isto é 45,7%, possuía uma vulnerabilidade social “muito alta”, valor que caiu para 14,4% em 2010. Já em 2010, a distribuição ficou concentrada na faixa “baixa”, com 1.701 municípios (30,6%), seguida pela faixa “média” de vulnerabilidade, com 1.258

municípios (22,6%). Examinando-se o conjunto de municípios com vulnerabilidade de média a muito baixa para 2000 e 2010, nota-se que passou de 35,5% para 64,4%.

A expressiva melhoria da vulnerabilidade social pode ser notada com a comparação entre os níveis de vulnerabilidade dos respectivos municípios para os anos de 2000 e 2010. Entre 2000 e 2010, os 2.545 municípios com o IVS indicando vulnerabilidade “Muito alta” em 2000 tiveram uma melhora de tal forma que, em 2010, 1.142 municípios passaram para a faixa “Alta” do IVS, 584 para a “Média”, e 24 para a “Baixa”. Além disso, percebe-se que em todas as faixas do IVS houve significativos avanços nestes termos, isso porque apenas 6 municípios no total regrediram de faixa de vulnerabilidade. Essas mudanças podem ser vistas na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição dos municípios nas faixas do IVS em 2000 e 2010

	2000		2010		Transição entre 2000 e 2010					
	Quant.	%	Quant.	%	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	IVS 2010
Muito Baixa	38	00,7%	626	11,2%	37	451	137	1	0	626
Baixa	601	10,8%	1.701	30,6%	1	150	1.107	419	24	1.701
Média	1.317	23,7%	1.258	22,6%	0	0	73	601	584	1.258
Alta	1.064	19,1%	1.180	21,2%	0	0	0	38	1.142	1.180
Muito alta	2.545	45,7%	800	14,4%	0	0	0	5	795	800
TOTAL	5.565	-	5.565	-	38	601	1.317	1.064	2.545	IVS 2000

Fonte: Base de Dados – IVS 2000 e 2010

Isso posto, a comparação entre os resultados do IVS de 2000 e 2010 denota a evolução na queda da vulnerabilidade social que os municípios brasileiros apresentaram no decorrer da década.

4.2. INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL/ORGANIZACIONAL (MUNIC) E DESPESAS EMPENHADAS (FINBRA)

Sen (2013, p. 188) assinala que as “nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente das instituições que existem e do modo como elas funcionam.” Ainda assim, o funcionamento das instituições deve ser considerado de forma conjunta/integrada e, a partir disso, ser avaliado em termos de contribuição para a expansão das liberdades humanas (SEN, 2013).

Além disso, o autor ressalta o papel crucial das instituições no sentido de promover as oportunidades sociais, especialmente em países em desenvolvimento – como o Brasil, além de inferir que “há evidências até de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação para a todos pode efetivamente obter resultados notáveis da duração da vida e qualidade de vida de toda a população.” (SEN, 2013, p. 191).

No entanto, o funcionamento das instituições está sujeito à existência de liberdades políticas, presentes em um sistema democrático (SEN, 2013). De acordo com Sen (2013, p. 208) “discussões e debates públicos, permitidos pelas liberdades políticas e os direitos civis, também podem desempenhar um papel fundamental na formação de valores.”

Dessa forma, os dados sobre conselhos, planos, fundos municipais e recursos empenhados nas áreas como educação, saúde, habitação, saneamento e direitos humanos servem como *proxies* para indicar até que ponto a gestão municipal aloca recursos humanos e financeiros que contribuem para promover o funcionamento de áreas que afetam diretamente as liberdades da população local. É importante ressaltar que esta análise só permite verificar os aspectos mais básicos em termos de instituições e recursos, não havendo elementos para examinar questões em termos de qualidade dos serviços prestados à população.

4.2.1. EDUCAÇÃO E SAÚDE

Educação e saúde são duas áreas centrais e que dialogam com as oportunidades sociais de Sen (2013), além de serem liberdades importantes para a qualidade de vida de um indivíduo. Os dados da MUNIC 2011 e FINBRA 2009 mostram números positivos em termos de instituições e alocação de recursos em todas as faixas de vulnerabilidade social.

A presença de Conselhos Municipais de Educação e Saúde é muito alta nos municípios como um todo, ainda que se observe uma queda à medida que a vulnerabilidade social aumenta. No caso dos Conselhos de Educação, 75,2% dos municípios com vulnerabilidade muito alta os possuem, chegando a 95,0% para os municípios com vulnerabilidade muito baixa. Para os Conselhos de Saúde, há uma forte presença independentemente do nível de vulnerabilidade. Em apenas 12 dos 5.565 municípios brasileiros não há Conselho de Saúde. Esses e outros dados estão na Tabela 3.

Tabela 3 – Existência de Conselhos Municipais para Educação e Saúde em 2011 por faixa do IVS 2010

	Educação				Saúde			
	Sim		Não		Sim		Não	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Muito Baixa	595	95,0%	31	5,0%	626	100,0%	0	0,0%
Baixa	1509	88,7%	192	11,3%	1698	99,8%	3	0,2%
Média	1043	82,9%	215	17,1%	1257	100,0%	1	0,1%
Alta	969	82,1%	211	17,9%	1174	99,5%	6	0,5%
Muito Alta	602	75,2%	198	24,8%	798	99,8%	2	0,2%
TOTAL	4718	-	847	-	5553	-	12	-

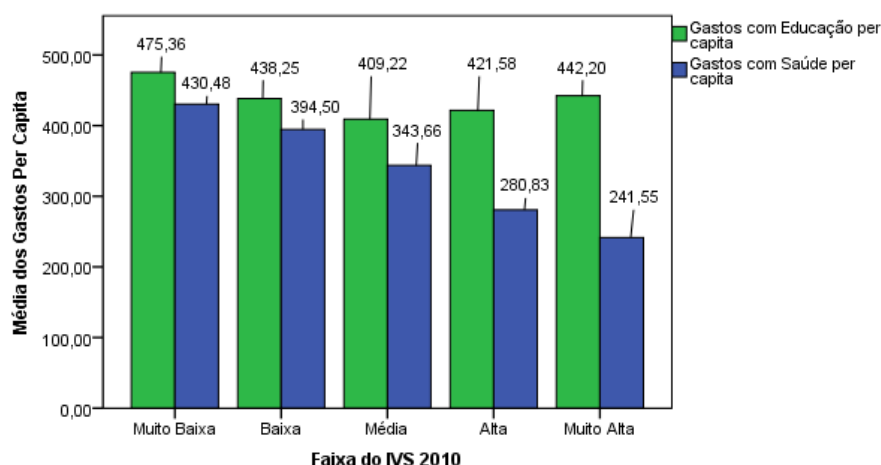
Fonte: Base de dados – MUNIC 2011

Em relação às despesas empenhadas, é importante esclarecer um ponto normativo que consiste na determinação constitucional de que os municípios destinem 25% e 15% de

seus recursos arrecadados para as áreas de educação e saúde, respectivamente (BRASIL, 1988). Isso posto, em sua totalidade, os municípios chegaram a destinar 29,0% à educação e 30,4% à saúde, ou seja, mais da metade do orçamento de 2009 foi destinado para essas áreas.

Além disso, em termos de gastos *per capita*, percebe-se que os gastos são mais altos em educação, em que há uma oscilação na média das despesas, mas que não obedece a um padrão crescente, como fora observado na existência dos Conselhos Municipais; os valores oscilam de R\$ 475,36, na faixa “Muito Baixa” de vulnerabilidade, a R\$ 409,22, na faixa “Média” do IVS. Já no que diz respeito à saúde, tem-se um padrão crescente em que quanto mais baixo é o IVS, maior tende a ser o gasto por habitante; os valores oscilam entre R\$ 475,35, na faixa “Muito Baixa”, a R\$ 241,55, na faixa “Muito Alta”. Em síntese, mesmo que a alocação de recursos públicos para essas áreas siga normas constitucionais, o nível de alocação *per capita* obedece às faixas de vulnerabilidade, em que à medida que o IVS é menor, maiores são os gastos, especialmente na área da saúde. O Gráfico 1 apresenta essas informações.

Gráfico 1 – Gastos em R\$ *per capita* com Educação e Saúde em 2009 por faixa do IVS 2010



Fonte: Base de dados – FINBRA 2009

Em síntese, é importante destacar que a própria existência de Conselhos Municipais e de outros espaços públicos de discussão demanda liberdades que são cruciais para o exercício da democracia, tais como a capacidade de ler, escrever, interpretar ou debater, além de saúde para a própria viabilidade da existência e atuação dos indivíduos. Isso se traduz no que Sen (2013) aponta para a complementariedade das liberdades instrumentais da Abordagem das Capacidades à medida que funcionamentos básicos, amparados em liberdades relacionadas às oportunidades sociais, são essenciais para o exercício da participação democrática amparada nas liberdades políticas.

4.2.2. HABITAÇÃO, SANEAMENTO E DIREITOS HUMANOS

Habitação e saneamento básico são áreas relativas à infraestrutura do município, em termos de moradia digna e água e esgoto adequados. Investimentos em termos de esforços e alocação de recursos permitem uma melhora desses serviços e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos indivíduos, em particular, a saúde.

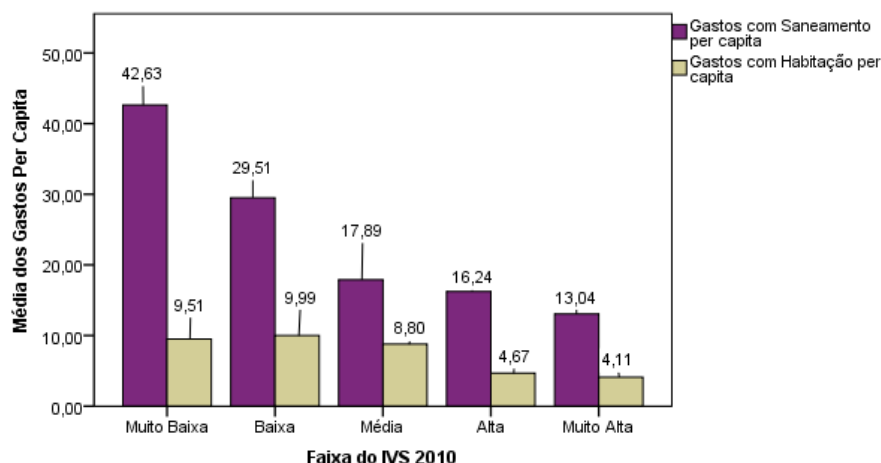
O quadro das áreas de habitação e saneamento é muito distinto do apresentado pelas áreas de educação e saúde tanto quanto à existência de conselhos como do volume de recursos empenhados. Enquanto a existência de Conselhos de Habitação varia no gradiente de vulnerabilidade de 40,1% (muito alta) a 70,3% (muito baixa), os valores despencam para o saneamento ficando na faixa de 1,1% (muito alta) a 10,5% (muito baixa). No conjunto são 195 Conselhos de Saneamento no país, ou seja, menos de 5% do total de municípios. A Tabela 4 apresenta esses dados.

Tabela 4 – Existência de Conselhos Municipais de Habitação e Saúde em 2011 por faixa do IVS 2010

	Habitação				Saneamento			
	Sim		Não		Sim		Não	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Muito Baixa	440	70,3%	186	29,7%	66	10,5%	560	89,5%
Baixa	1140	67,0%	561	33,0%	82	4,8%	1619	95,2%
Média	750	59,6%	508	40,4%	29	2,3%	1229	97,7%
Alta	589	49,9%	591	50,1%	9	0,8%	1171	99,2%
Muito Alta	321	40,1%	479	59,9%	9	1,1%	791	98,9%
TOTAL	3.240	-	2.325	-	195	-	5.370	-

Fonte: Base de dados – MUNIC 2011

Quanto aos gastos per capita com habitação e saneamento, diferentemente das áreas de educação e saúde que possuem uma regulamentação constitucional de alocação de recursos, ambas têm bem menos recursos. No caso do saneamento, mesmo para o grupo com muito baixa vulnerabilidade que tem os maiores investimentos, o montante de R\$ 42,63 não chega a 10% do montante referente à saúde para o mesmo grupo. No grupo de muito alta vulnerabilidade esse montante é de apenas R\$ 13,04. Já para a habitação o quadro é ainda mais crítico, não perfazendo nem R\$ 10,00, ou seja, 2% para o grupo com muito baixa vulnerabilidade, variando entre R\$ 9,99 e R\$ 4,11. O Gráfico 2 apresenta estes dados.

Gráfico 2 – Gastos R\$ *per capita* com Habitação e Saneamento em 2009 por faixa do IVS 2010

Fonte: Base de dados – FINBRA 2009

No que diz respeito aos direitos humanos, os dados para esta área possuem uma presença pífia quando comparada às demais, seja em termos do que foi analisado pela MUNIC ou pela FINBRA. Apesar disso, cabe destacar que, os espaços públicos, bem como as despesas planejadas nessa área, são muito importantes para garantir uma vida digna.

No que se refere à existência dos Conselhos Municipais de Direitos Humanos, os dados revelam que a quantidade é baixíssima, não chegando a representar sequer 5% do total de municípios brasileiros. Com dados tão limitados, pouco pode ser concluído. Entretanto, os dados apontam que a faixa de vulnerabilidade com a maior proporção de Conselhos de Direitos Humanos é a faixa “Média”, com 2,5% e não as “Baixa” ou “Muito baixa”. Além disso, em relação às despesas planejadas, percebe-se que em nenhuma faixa de vulnerabilidade gastou-se mais do que R\$ 1,00 *per capita*. As diferenças entre os gastos são mínimas entre as faixas de vulnerabilidade e os resultados são inconclusivos nas faixas do IVS.

4.2.3. ESCALA LIKERT

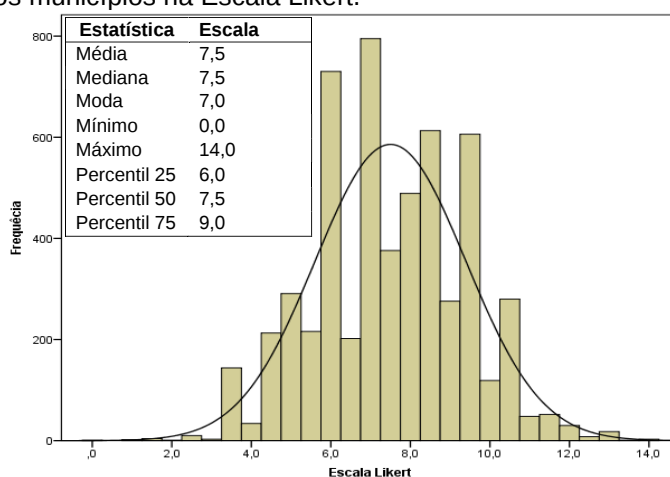
Com o objetivo de complementar e integrar os dados e as análises apresentados nas seções anteriores, desenvolveu-se uma escala Likert com os dados da MUNIC 2011. Para tanto, foi selecionado um total de 16 variáveis cobrindo as quatro principais áreas analisadas: educação, saúde, saneamento e habitação. A escala de 16 variáveis varia de 0 a 14, incluindo as mesmas quatro variáveis e pesos para cada uma das quatro áreas: (a) existência do Conselho Municipal (peso 1,0 se sim); (b) Conselhos Municipais que se reuniram nos últimos doze meses (0,5 se sim); (c) existência de um Plano Municipal da área (peso 1,0 se sim); (d) existência de um Fundo Municipal da área (peso 1,0 se sim).

Isso posto, a escala Likert foi calculada utilizando a equação:

$$Likert = \sum (a, b, c, d)_{Educ} + (a, b, c, d)_{Saúde} + (a, b, c, d)_{Habit.} + (a, b, c, d)_{Saneam.}$$

Os resultados da escala Likert para o conjunto dos municípios mostram uma distribuição próxima à curva normal, com uma média e mediana de 7,5. Como cada área tem o valor máximo de 3,5, pode-se inferir o grande peso das áreas de educação e saúde, mais consolidadas e com atuação e investimentos mandatórios definidos pela Constituição e o pequeno peso das outras duas. Mesmo entre os 25% de municípios mais bem posicionados na escala, a estruturação completa de três áreas (10,5) não é uma realidade, já que o corte para o percentil 75 alcança 9,0. O Gráfico 3 mostra essa distribuição.

Gráfico 3 – Distribuição dos municípios na Escala Likert.



Fonte: Base de dados – MUNIC 2011

Os dados da escala Likert cruzados com as quatro faixas do IVS, revelam a dinâmica já evidenciada acima: à medida que a vulnerabilidade social é maior, menor é o resultado da escala Likert. Isso pode ser observado na média, mediana e moda para cada faixa do IVS. Para os municípios com vulnerabilidade muito baixa, os valores das três métricas variam entre 8,2 e 8,5, enquanto para os municípios com muito alta vulnerabilidade os valores ficaram entre 6,8 e 7,0. É curioso o fato da moda dos municípios com baixa vulnerabilidade terem uma moda de 9,5, ou seja, um ponto acima daqueles de muito baixa vulnerabilidade. Isso revela um conjunto de municípios bem posicionados, que se destacam em campos específicos em termos de aspectos institucionais e que provavelmente estão na faixa limítrofe antes de atingirem a vulnerabilidade muito baixa. A Tabela 5 apresenta esses resultados.

Tabela 5 – Cruzamento entre a escala likert e as faixas do IVS 2010

Vulnerabilidade	Média	Mediana	Moda	Total de Casos
Muito Baixa	8,2	8,5	8,5	626
Baixa	7,8	8,0	9,5	1.701
Média	7,5	7,5	7,0	1.258
Alta	7,2	7,0	7,0	1.180
Muito Alta	6,8	7,0	7,0	800

Fonte: Bases de dados – IVS 2010 e MUNIC 2011

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pode-se constatar nesta pesquisa, verifica-se entre 2000 e 2010 uma expressiva melhora na vulnerabilidade social. A queda de 27% do IVS, levou o Brasil de um patamar alto de vulnerabilidade social para um médio (IPEA, 2018). Os dados também mostram a relação entre as faixas de vulnerabilidade e as bases institucionais e financeiras a nível municipal, em que os municípios com menor vulnerabilidade têm maior estrutura pública e investimentos em áreas-chave para a qualidade de vida da população.

Em relação à educação e saúde, percebe-se a preponderância dessas áreas, tanto em termos institucionais quanto em termos de alocação de recursos públicos. Os dados revelam a difusão de instituições nessas áreas em todas as faixas de vulnerabilidade social, bem como o alto dispêndio *per capita* de recursos públicos. É importante assinalar que esse quadro com presença preponderante nessas duas áreas não reflete, necessariamente, na qualidade dos serviços prestados ou no atendimento às necessidades básicas da população em geral e, em particular, das mais vulneráveis.

Em relação aos serviços prestados à população nas áreas de habitação, saneamento e direitos humanos, percebem-se padrões em relação à existência de instituições quanto à alocação de recursos públicos: quanto maior a vulnerabilidade social, menor tende a ser a alocação de esforços institucionais e de recursos. A exceção, independentemente do nível de vulnerabilidade, é verificada na existência de instituições nas áreas de saneamento e direitos humanos, em que a presença é mínima. Esses serviços podem ser relacionados como liberdades em termos de oportunidades sociais e liberdades políticas, levando em conta a complementaridade das liberdades da Abordagem das Capacidades e a sua importância em termos de garantir uma vida digna em relação à moradia, água e esgoto tratados (saúde) e direitos fundamentais.

Apesar dos limites impostos pelos dados, o uso e integração das bases de dados públicas do IVS, MUNIC e FINBRA forneceram elementos importantes para se discutir a vulnerabilidade social de forma mais ampla. As análises e o alinhamento teórico com a Abordagem das Capacidades foram importantes para as discussões sobre o tema no país, possibilitando um enfoque mais profundo a nível municipal. A Abordagem das Capacidades mostrou-se um referencial sólido para a construção de um quadro mais complexo de vulnerabilidade para o avanço de sua compreensão.

A análise em termos da Abordagem das Capacidades contribuiu para evidenciar o fato de que a vulnerabilidade social está atrelada aos componentes de gestão e alocação de recursos públicos a nível municipal. Além disso, deve-se ressaltar que mesmo com a queda da vulnerabilidade social no período de 2000-2010, a melhora do indicador não pode significar

um relaxamento na cobrança de políticas públicas por parte dos entes da federação, em especial as com impactos diretos e indiretos a nível municipal. Como destaca Sen (2013), garantir e ampliar as liberdades humanas é um importante meio e fim para o desenvolvimento. No nosso caso, a redução de privações de liberdades deve ser continuamente monitorada pelos entes da federação (federal, estadual e municipal), especialmente no que diz respeito a grupos mais vulneráveis, uma vez que políticas públicas voltadas para esses grupos são amplamente refletidas em termos de melhoria da qualidade de vida geral.

6. REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina. **Why the Capability Approach?** *Journal of Human Development*. V.6, p. 115-135, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/146498805200034275>. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério de Estado do Orçamento e Gestão. Gabinete do Ministro. **Portaria MOG nº 4, de 14 de abril de 1999**. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1o do art. 2o e § 2o do art. 8o, ambos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 1999.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara (editores). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em 11 mar. 2020.

COSTA, Marco Aurélio; SANTOS, Maria Paula Gomes dos; MARGUTI, Bárbara et al. **Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2364b.pdf. Acesso em: 16 out. 2020.

FINBRA – FINANÇAS DO BRASIL 2009 (Base de dados). Brasília: Tesouro Nacional. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/finbra-dados-contabeis-dos-municipios-1989-a-2012/2009/26>. Acesso em: 11 jan. 2020.

GIANETTI, B. F.; AGOSTINHO, F.; ALMEIDA, C. M. V. B.; HUISINGH, D. **A review of limitations of GDP and alternative indices to monitor human wellbeing and to manage eco-system functionality**. *Journal of Cleaner Production*. V. 87, p. 11-25, 2015.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Ronnie A. (orgs.) **Dinâmica de exclusão social na primeira década do século XXI**. São Paulo: Cortez, 2015.

IVS – ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (Base de dados). Brasília: IPEA. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/biblioteca>. Acesso em: 07 jan. 2020.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Editora Alínea. 2009.

KANG, Thomas. **Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen.** *Revista de Economia Política*, v.31, nº3, p.352-369. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/123-2.PDF>. Acesso em: 08 fev. 2002.

MENDONÇA, M. P.; FRANCESCHINELLI, Milena. **O que é um conselho municipal?** IPEA, 24/02/2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/conselhos/1218-o-que-e-um-conselho-municipal>. Acesso em: 09 dez. 2020

MUNIC – PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS 2011 (Base de dados). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2011/munic2011.pdf. Acesso em 25 jan. 2021.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da Abordagem das Capacidades Humanas de Amartya Sen.** Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1794.pdf. Acesso em: 16 mar. 2020.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. Desenvolvimento, planejamento e combate às desigualdades no Brasil: notas sobre o papel das instituições a partir das contribuições teóricas de Celso Furtado e Amartya Sen. In: MAGALHÃES, Luís Carlos Garcia; PINHEIRO, Maurício Mota Saboya (orgs.). **Instituições e desenvolvimento no Brasil: diagnósticos e uma agenda de pesquisas para as políticas públicas.** Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/200622_livro_instituicoes.pdf. Acesso em: 18 mar. 2020.

SANTOS, Cláudio H. M. dos Santos; SCHETTINI, Bernardo Patta.; VASCONCELOS, Lucas; AMBROSIO, Érica Lima. **A dinâmica dos gastos com saúde e educação pública no Brasil (2006-2015): impacto dos mínimos constitucionais e relação com a arrecadação tributária.** Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7729/1/TD_2289.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – FINBRA/SICONFI. **Cartilha para Extração de Dados.** Brasília, 28/07/2020. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=21904>. Acesso em: 26 dez. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SEN, Amartya. **Development as freedom.** New York: Anchor Books, 2000.

Contatos: caiogdo@gmail.com e john.sydenstricker@mackenzie.br